



# MBC

MyBucksBankingCorporation

---

*PARTE DO GRUPO XTENDA FINANCIAL  
HOLDINGS*

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES a 30 de Junho de 2024 Contas não Auditadas**

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III						
Balanco - Contas Individuais (Activo)						
(Valores expressoValores expressos em milhares)						
			Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	jun/24	jun/23
					MZN	MZN
	Activo					
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais		3 404 362	-	3 404 362	2 471 511
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito		12 978	-	12 978	3 142
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponiveis para venda		973 335	7 168	966 167	520 028
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito		-	-	-	-
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes		4 948 976	307 903	4 641 073	4 299 339
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-	-
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 364 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
21	Derivados de cobertura		-	-	-	-
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda		-	-	-	-
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento		-	-	-	-
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangiveis		355 400	209 387	146 012	209 202
29 - 3583 - 361	Activos intangiveis		129 695	52 562	77 134	88 062
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		6 328	-	6 328	6 328
300	Activos por impostos correntes		-	-	0	-
301	Activos por impostos diferidos		114 868	-	114 868	58 565
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos		373 861	-	373 861	912 050
	Total de activos		10 319 802	577 019	9 742 783	8 568 225

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III (PASSIVO)						
Balanco - Contas Individuais (Passivo)						
(Valores expressos em milhares)						
Rubricas		Notas / Quadros anexos	jun/24	jun/23		
			MZN	MZN		
	Passivo					
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais		-	-		
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação		-	-		
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-		
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito		156 198	248 787		
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos		8 875 000	7 640 732		
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por titulos		484 125	300 095		
44	Derivados de cobertura		-	-		
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuidas		-	-		
47	Provisões		-	-		
490	Passivos por impostos correntes		(31 486)	(15 576)		
491	Passivos por impostos diferidos		5 037	5 541		
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital		-	-		
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados		-	-		
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos		195 848	34 673		
	Total de Passivo		9 684 721	8 214 252		
	Capital					
55	Capital		747 156	747 156		
602	Prémios de emissão		1 791	1 791		
57	Outros instrumentos de capital		-	-		
- 56	(Ações próprias)		-	-		
58 + 59	Reservas de reavaliação		10 703	11 038		
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados		(589 976)	(406 736)		
64	Resultado do exercicio		(111 612)	724		
- 63	(Dividendos antecipados)		-	-		
	Total de Capital		58 061	353 973		
	Total de Passivo + Capital		9 742 783	8 568 225		

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO IV				
Demonstração de Resultados - Contas Individuais				
(Valores expressos em milhares)				
Rubricas		Notas / Quadros anexos	jun/24	jun/23
79 + 80	Juros e rendimentos similares		979 077	1 036 338
66 + 67	Juros e encargos similares		(808 933)	(653 751)
	Margem financeira		170 143,61	382 586,64
82	Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
81	Rendimentos com serviços e comissões		10 828	6 738
68	Encargos com serviços e comissões		(20)	(66)
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponiveis para venda		-	-
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial		(211)	(948)
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		-	-
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração		(1 147) (97)	(18 165)
	Produto bancário		179 496	370 145
70	Custos com pessoal		(105 451)	(88 781)
71	Gastos gerais administrativos		(222 261)	(254 080)
77	Amortizações do exercicio		(13 434)	(14 370)
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		(2 349)	(14 513)
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	-
	Resultados antes de impostos		(163 998)	(1 599)
	Impostos		-	-
65	Correntes		52 385	2 323
74 - 86	Diferidos		-	-
	Resultados após impostos		(111 612)	724
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuidas		-	-

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024 (Valores expressos em Meticais)

	Capital social	Prémio de emissão	Reserva Legal	Reserva de reavaliação	Resultado líquido do exercicio	Total de capital próprio
Saldos em 01 de Janeiro de 2023	747 155 660	1 791 131	36 490 374	11 037 879	(443 226 404)	353 248 640
Prejuizo do exercicio		-	-	-	(183 574 736)	(183 574 736)
Realização da reserva de revalorização	-	-	-	(491 884)	491 884	-
Imposto diferido na realização da reserva de revalorização				157 403	( 157 403)	-
Transferências entre contas de capital	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	747 155 660	1 791 131	36 490 374	10 703 398	(626 466 659)	169 673 904
Alterações na aplicação da IFRS 16						-
Saldos em 01 de Janeiro de 2024	747 155 660	1 791 131	36 490 374	10 703 398	(626 466 659)	169 673 904
Resultado líquido do exercicio	-	-	-	-	( 111 612)	( 111 612)
Saldos em 30 de Junho de 2023	747 155 660	1 791 131	36 490 374	10 703 398	(626 578 271)	169 562 291



MBC  
MyBucksBankingCorporation  
PARTE DO GRUPO XTENDA FINANCIAL HOLDINGS





(d) *Pressuposto de continuidade*

Os administradores são da opinião de que o microbanco será capaz de cumprir as suas obrigações a curto prazo com base nos fluxos de caixa previstos para o próximo exercício financeiro. Nesta base, os administradores consideram apropriado preparar estas demonstrações financeiras numa base de continuidade. Esta base pressupõe que estarão disponíveis fundos para financiar operações futuras e que a realização de activos e a liquidação de passivos, obrigações contingentes e compromissos ocorrerão no decurso normal dos negócios.

O Conselho de Administração constatou que em 30 de Junho de 2024 o rácio de adequação de capital do microbanco era de 0,96% negativos, valor inferior ao mínimo regulamentar de 8%, o que gera dúvidas significativas sobre a capacidade do microbanco continuar a operar.

Os accionistas do microbanco comprometeram-se com o Banco de Moçambique a regularizar o rácio de adequação de capital através de um plano de recapitalização do microbanco assente numa injeccção de capital de 6.200.000 USD prevista para os mês subsequentes. Por outro lado, e com o objectivo de manter o microbanco numa situação de crescimento sustentável e solvente, o microbanco está a trabalhar na introdução de novos produtos de financiamento que reduzirão os requisitos legais de manutenção das reservas mínimas de caixa, aumentarão a liquidez disponível para empréstimos colocando o microbanco novamente numa situação rentável. O Banco de Moçambique mostrou-se compreensível e apoia o microbanco neste plano de recapitalização. Contudo, os Administradores estão conscientes que a continuidade do Banco está dependente do aumento de capital previsto estando convictos que irá ocorrer o que permitirá ao microbanco continuar a operar no futuro.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras do microbanco requer que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam o montante reportado de rendimentos, despesas, activos e passivos, e as divulgações que os acompanham, bem como a divulgação de passivos contingentes. A incerteza acerca destes pressupostos e estimativas poderá resultar em resultados que exijam um ajustamento material à quantia escriturada de activos ou passivos afectados em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contabilísticas do microbanco, a Administração fez os seguintes juízos e pressupostos relativos ao futuro e outras fontes fundamentais de incerteza das estimativas à data do relato, que têm um risco significativo de causar um ajustamento material às quantias escrituradas de activos e passivos dentro do próximo exercício financeiro.

As circunstâncias e pressupostos existentes sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a circunstâncias fora do controlo do microbanco e reflectem-se nos pressupostos se e quando estes ocorrem. Os itens com efeito mais significativo sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas com julgamento e/ou estimativas substanciais por parte da gestão são coligidos abaixo no que diz respeito a julgamentos/estimativas envolvidas.

Perdas por imparidade em activos financeiros

A mensuração de perdas por imparidade tanto nos termos da NIRF 9 em todas as categorias de activos financeiros em âmbito requer julgamento, em particular, a estimativa do montante e do calendário dos futuros fluxos de caixa e valores colaterais ao determinar as perdas por imparidade e a avaliação de um aumento significativo do risco de crédito. Estas estimativas são motivadas por vários factores, cujas alterações podem resultar em diferentes níveis de licenças. Os cálculos das perdas de crédito esperadas do microbanco são resultados de modelos complexos com uma série de pressupostos subjacentes relativamente à escolha de inputs variáveis e suas interdependências. Os elementos dos modelos de perdas de crédito esperadas que são considerados julgamentos e estimativas contabilísticas incluem:

- O modelo de classificação de crédito interno do microbanco, que atribui a Probabilidade de incumprimento às classificações individuais;
- Os critérios do microbanco para avaliar se houve um aumento significativo do risco de crédito e, portanto, as provisões para activos financeiros devem ser mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida e na avaliação qualitativa;
- Os activos financeiros devem ser mensurados com base nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida e na avaliação qualitativa;
- A segmentação dos activos financeiros quando a sua perda de crédito esperada é avaliada numa base colectiva;
- Desenvolvimento de modelos de perda de crédito esperados, incluindo as várias fórmulas e a escolha dos inputs;
- Determinação de associações entre cenários macroeconómicos e, inputs económicos, tais como níveis de desemprego e valores colaterais, e o efeito sobre a probabilidade de inadimplência, Exposição dado o incumprimento e Perda dado o incumprimento;
- Selecção de cenários macroeconómicos prospectivos e suas ponderações de probabilidade, para derivar os contributos económicos para os modelos de perda de crédito esperados.

Tem sido política do microbanco rever regularmente os seus modelos no contexto da experiência real de perdas e ajustar quando necessário.

Provisão para perdas de crédito esperadas de empréstimos e adiantamentos

O microbanco utiliza uma matriz de provisões para calcular as perdas de crédito esperadas para empréstimos e adiantamentos. As taxas de provisão baseiam-se em dias vencidos para agrupamentos de vários segmentos de clientes com padrões de perdas semelhantes (ou seja, por geografia, tipo de produto, tipo de cliente e classificação, e cobertura por cartas de crédito e outras formas de seguro de crédito).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de incumprimento históricas observadas no microbanco. O microbanco irá calibrar a matriz para ajustar a experiência histórica de perda de crédito com informação prospectiva. Por exemplo, se as condições económicas previstas (isto é, o produto interno bruto) se deteriorarem no próximo ano, o que pode levar a um aumento do número de incumprimentos no sector transformador, as taxas históricas de incumprimento são ajustadas. Em cada data de notificação, as taxas históricas de incumprimento observadas são actualizadas e as alterações nas estimativas previsionais são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas históricas de incumprimento observadas, as condições económicas previstas e as perdas de crédito esperadas é uma estimativa significativa. O montante das perdas de crédito esperadas é sensível a alterações das circunstâncias e das condições económicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do microbanco e a previsão das condições económicas podem também não ser representativas do incumprimento efectivo do cliente no futuro. Consulte a nota 2 (d).

Pressuposto de continuidade

A administração do microbanco fez uma avaliação da sua capacidade de continuar como uma preocupação contínua e está satisfeita por ter os recursos para continuar em actividade num futuro previsível. Além disso, a direcção não está consciente de quaisquer incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade do microbanco de continuar em actividade. Por conseguinte, as demonstrações financeiras continuam a ser preparadas na base da continuidade das actividades.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é o preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção ordenada no mercado principal (ou mais vantajoso) na data de mensuração em condições correntes de mercado (ou seja, um preço de saída), independentemente de esse preço ser directamente observável ou estimado utilizando outra técnica de avaliação. Quando os justos valores dos activos e passivos financeiros registados na demonstração da posição financeira não podem ser derivados de mercados activos, são determinados utilizando uma variedade de técnicas de avaliação que incluem a utilização de modelos de avaliação. Os contributos para estes modelos são retirados de mercados observáveis sempre que possível, mas quando tal não é viável, é necessária uma estimativa para estabelecer os justos valores. Os julgamentos e estimativas incluem considerações de liquidez e entradas de modelos relacionados com itens como o risco de crédito (tanto próprio como de contraparte), ajustamentos do valor do financiamento, correlação e volatilidade.

Método da taxa de juro efectivo

O método da taxa de juro efectivo do microbanco, como explicado, reconhece os rendimentos de juros utilizando uma taxa de rendimento que representa a melhor estimativa de uma taxa de rendimento constante ao longo da vida comportamental esperada de empréstimos e depósitos e reconhece o efeito de taxas de juro potencialmente diferentes cobradas em várias fases e outras características do ciclo de vida do produto (incluindo pré-pagamentos e juros e encargos de penalização). Esta estimativa, por natureza, requer um elemento de julgamento relativamente ao comportamento esperado e ao ciclo de vida dos instrumentos, bem como alterações esperadas na taxa de base e outras receitas/despesas de taxas que são parte integrante do instrumento.

Activos por impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos relativamente a prejuízos fiscais, na medida em que é provável que haja lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais possam ser utilizados. Embora os prejuízos fiscais possam ser utilizados num período máximo de 5 anos, é necessário um julgamento para determinar o montante de activos por impostos diferidos que podem ser reconhecidos, com base no momento provável e no nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planeamento fiscal.

Determinação do termo do contrato de locação com renovação e opções de rescisão (microbanco como locatário)

O microbanco determina o prazo da locação como o prazo não cancelável do contrato, juntamente com quaisquer períodos cobertos por uma opção de prorrogação do contrato, se for razoavelmente certo o seu exercício, ou quaisquer períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato, se for razoavelmente certo o seu não exercício. O microbanco tem vários contratos de locação que incluem opções de prorrogação e rescisão. O microbanco aplica o juízo ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o contrato de locação. Ou seja, considera todos os factores relevantes que criam um incentivo económico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a data de início, o microbanco reavalia o prazo do contrato de locação se houver um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que esteja sob o seu controlo que afecte a sua capacidade de exercer ou não a opção de renovação ou de rescisão (por exemplo, construção de melhoramentos significativos de locação ou personalização significativa do activo locado).

Estimativa da taxa de empréstimo incremental

O microbanco não pode determinar prontamente a taxa de juro implícita no contrato de locação, por conseguinte, utiliza a sua taxa de juro de empréstimo incremental ("IBR") para mensurar os passivos da locação. A taxa de empréstimo incremental é a taxa de juro que o Microbanco teria de pagar para contrair um empréstimo a prazo semelhante, e com uma garantia semelhante, os fundos necessários para obter um activo de valor semelhante ao direito de uso do activo num ambiente económico semelhante. A taxa de empréstimo incremental reflecte, portanto, o que o Microbanco "teria de pagar", o que exige uma estimativa quando não existem taxas observáveis (tais como para filiais que não entram em transacções de financiamento) ou quando estas precisam de ser ajustadas para reflectir os termos e condições da locação (por exemplo, quando as locações não estão na moeda funcional da filial). O microbanco estima a taxa de empréstimo incremental utilizando inputs observáveis (tais como taxas de juro de mercado) quando disponíveis e é necessário fazer certos ajustamentos específicos da entidade (tais como a notação de crédito autónoma da subsidiária, ou para reflectir os termos e condições do contrato de locação).

Justo valor dos activos tangíveis de investimento

O microbanco estima o justo valor dos edificios, utilizando as avaliações profissionais independentes realizadas regularmente. Quando um activo é reavaliado, o valor contabilístico líquido é o valor reexpresso para o valor reavaliado do activo. Os aumentos das quantias escrituradas resultantes da reavaliação, incluindo as diferenças de conversão cambial, são reconhecidos em outros rendimentos abrangentes, a menos que compensem diminuições anteriores das quantias escrituradas do mesmo activo, caso em que são reconhecidos nos lucros ou prejuízos. As diminuições nas quantias escrituradas que compensam aumentos anteriores do mesmo activo são reconhecidas em outro rendimento integral.

4. Políticas contabilísticas significativas

Apresenta-se abaixo um índice das políticas contabilísticas significativas cujos pormenores estão disponíveis nas páginas que se seguem:

- Activos Tangíveis
- Locações
- Activos intangíveis
- Transacções em moeda estrangeira
- Instrumentos financeiros
- Impostos
- Imparidade
- Benefícios dos empregados
- Provisões e contingências
- Rédito
- Juros e rendimentos/despesas similares
- Outros rendimentos operacionais
- Custos dos empréstimos
- Resultados por acção

- Reconhecimento e mensuração*  
Os activos tangives são inicialmente mensurados ao custo menos a depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição do activo.

(a) Activos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis de investimento são mensurados ao custo de aquisição. Subsequentemente, a propriedade é mensurada pelo valor reavaliado enquanto o equipamento é registado pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição), menos depreciação acumulada e perdas por imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas à sua utilização são reconhecidos em despesas do exercício.

- O custo dos activos auto-construídos inclui:
- o custo dos materiais e da mão-de-obra directa;
  - quaisquer outros custos directamente atribuíveis a levar o bem a uma condição de funcionamento para o seu uso pretendido;
  - quando o microbanco tem a obrigação de remover o activo ou restaurar o local, uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos itens e restauração do local em que se encontram;
  - custos de empréstimos capitalizados; e
  - O software adquirido que é parte integrante da funcionalidade do equipamento relacionado é capitalizado como parte integrante desse equipamento.

Os edificios são reavaliados periodicamente de acordo com as Normas Internacionais do Relato Financeiro. O montante do excedente de revalorização é apresentado como uma reserva de revalorização e é incluído no capital próprio até à sua realização, fase em que é transferido directamente para os resultados transitados. No entanto, parte do excedente pode ser transferido à medida que o activo é utilizado pelo microbanco. Neste caso, o montante do excedente transferido será a diferença entre a depreciação baseada no valor contabilístico reavaliado do activo e a depreciação baseada no custo original do activo. As transferências do excedente de reavaliação para os lucros retidos não são efectuadas através de lucros ou perdas.

Quando partes de um item de propriedade e equipamento têm vidas úteis diferentes, são contabilizadas como itens separados (componentes principais) de Activos Tangíveis.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item de propriedade e equipamento são determinados comparando o produto da alienação com a quantia escriturada de Activos Tangíveis e é reconhecido líquido dentro de outros rendimentos/outras despesas nos lucros ou perdas.

(ii) Custos subsequentes

O custo de substituição de parte de um item de propriedade e equipamento é reconhecido na quantia escriturada do item se for provável que os futuros benefícios económicos incorporados na parte fluirão para o microbanco e o seu custo possa ser mensurado de forma fiável. O montante escriturado da parte substituída é desreconhecido. Os custos da manutenção diária de propriedade e equipamento são reconhecidos nos lucros ou prejuízos, conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o montante depreciável, que é o custo do activo, ou outro montante substituto do custo, menos o seu valor residual. A depreciação é reconhecida nos lucros ou prejuízos numa base linear ao longo da vida útil esperada de cada parte de um item ou de um bem e equipamento, uma vez que isto reflecte mais de perto o padrão esperado de consumo dos futuros benefícios económicos incorporados no activo.

As vidas úteis dos itens de propriedade e equipamento foram avaliadas da seguinte forma:

Item	Média de vida útil
Edifícios	50 anos
Veículos automóveis	4 anos
Computador e outro equipamento	4 - 10 anos
Melhorias na locação	duração da locação

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação de cada activo são revistos no final de cada período abrangido pelo relatório. Se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a alteração é contabilizada como uma alteração na estimativa contabilística.



A taxa de depreciação para cada período é reconhecida nos lucros ou prejuízos.

Um item de propriedade e equipamento é desreconhecido aquando da sua eliminação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros do seu uso continuado ou eliminação. O ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um item de propriedade e equipamento é incluído nos lucros ou perdas quando o item é desreconhecido. O ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um item de propriedade e equipamento é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se houver, e o valor contabilístico do item.

(b) Locações

O microbanco avalia se um contrato é ou contém um contrato de locação, no início do contrato. O microbanco reconhece um direito de uso do activo e um passivo de locação correspondente em relação a todos os acordos de locação em que é o locatário, excepto no caso de locações de curto prazo (definidas como locações com um prazo de locação de 12 meses ou menos) e locações de activos de baixo valor. Para estas locações, o Microbanco reconhece os pagamentos de locação como uma despesa operacional numa base de linha recta durante o prazo da locação, a menos que outra base sistemática seja mais representativa do padrão temporal em que os benefícios económicos dos activos locados são consumidos.

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor actual dos pagamentos da locação que não são pagos na data de início descontados, utilizando a taxa implícita no contrato de locação. Se esta taxa não puder ser prontamente determinada, o arrendatário utiliza a sua taxa de empréstimo incremental.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo da locação compreendem:

- pagamentos fixos de locação (incluindo pagamentos fixos in-substance), menos quaisquer incentivos de locação a receber;
- pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou taxa na data de início;
- o montante esperado a ser pago pelo arrendatário sob garantias de valor residual;

- o preço de exercício das opções de compra, se o arrendatário tiver a certeza razoável de que irá exercer as opções; e
- pagamentos de penalidades por rescisão do contrato de locação, se o prazo de locação reflectir o exercício de uma opção de rescisão do contrato.

O passivo de locação é apresentado como uma linha separada na demonstração da posição financeira. O passivo da locação é subsequentemente mensurado aumentando o montante escriturado para reflectir os juros sobre o passivo da locação (usando o método dos juros efectivos) e reduzindo o montante escriturado para reflectir os pagamentos da locação efectuados.

O Microbanco remensura o passivo da locação (e faz um ajustamento correspondente ao respectivo direito de uso do activo), sempre que necessário:

- O prazo de locação foi alterado ou há um evento ou alteração significativa das circunstâncias que resulta numa mudança na avaliação do exercício de uma opção de compra, caso em que a responsabilidade da locação é remensurada descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista;
- Os pagamentos da locação mudam devido a alterações num índice ou taxa ou a uma alteração no pagamento esperado sob um valor residual garantido, caso em que a responsabilidade da locação é remensurada descontando os pagamentos revistos da locação usando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos da locação se deva a uma alteração numa taxa de juro variável, caso em que é usada uma taxa de desconto revista); e
- Um contrato de locação é modificado e a modificação da locação não é contabilizada como uma locação separada, caso em que a responsabilidade da locação é remensurada com base no prazo da locação modificada, descontando os pagamentos revistos da locação utilizando uma taxa de desconto revista na data efectiva da modificação;

O microbanco não fez quaisquer ajustamentos deste tipo durante os períodos apresentados.

O direito de utilização dos activos compreende a mensuração inicial da correspondente obrigação de locação, os pagamentos de locação efectuados no dia de início ou antes dele, menos quaisquer incentivos de locação recebidos e quaisquer custos directos iniciais. São subsequentemente mensurados ao custo menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade.

Sempre que o microbanco incorre numa obrigação de custos para dismantelar e remover um activo locado, restaurar o local onde está localizado ou restaurar o activo subjacente à condição exigida pelos termos e condições da locação, é reconhecida e mensurada uma provisão ao abrigo da IAS 37.

(c) Activos intangíveis

Software

O software adquirido pelo microbanco é mensurado ao custo menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. As despesas subsequentes com activos de software são capitalizadas apenas quando aumentam os benefícios económicos futuros do activo a que se referem. Todas as outras despesas são reconhecidas em lucros ou perdas, conforme incorridas. O software é amortizado linearmente nos lucros ou perdas ao longo da sua vida útil estimada, a partir da data em que está disponível para utilização. A vida útil estimada do software é de 4 a 10 anos. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos em cada data de relato e ajustados, se apropriado.

As despesas com software em curso são reconhecidas como um activo quando o microbanco é capaz de demonstrar a sua intenção e capacidade para completar o desenvolvimento e utilizar o software de uma forma que gere benefícios económicos futuros e possa medir de forma fiável os custos para completar o desenvolvimento. Os custos capitalizados do software de trabalho em curso incluem todos os custos directamente atribuíveis ao desenvolvimento do software e custos de empréstimos capitalizados e são amortizados ao longo da sua vida útil.

Um activo intangível é desreconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros do seu uso continuado ou alienação. Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento, determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se houver, e a quantia escriturada do item, é incluído nos lucros ou prejuízos quando o item é desreconhecido. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item de propriedade e equipamento é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se houver, e a quantia escriturada do item.

(d) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional do microbanco às taxas de câmbio nas datas das transacções. Os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras na data do reporte são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio nessa data. O ganho ou perda em moeda estrangeira sobre itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do ano, ajustado para juros e pagamentos efectivos durante o ano, e o custo amortizado em moeda estrangeira convertido à taxa de câmbio no final do ano.

Os activos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo justo valor são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi determinado. Os itens não monetários numa moeda estrangeira que são mensurados em termos de custo histórico são convertidos utilizando a taxa de câmbio à data da transacção. No entanto, as diferenças de moeda estrangeira resultantes da retradução são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

(e) Instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros não derivados

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O microbanco reconhece inicialmente os empréstimos e os créditos na data da sua origem. Todos os outros activos financeiros (incluindo activos designados a justo valor através de lucros ou perdas) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data em que o Microbanco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

(ii) Classificação

O microbanco classifica os activos financeiros não derivados nas seguintes categorias: empréstimos e contas a receber, saldos interbancários e montante devido pelas partes relacionadas.

Empréstimos e contas a receber

Empréstimos e créditos são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados num mercado activo. Tais activos são reconhecidos inicialmente pelo justo valor acrescido de quaisquer custos de transacção directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e contas a receber são mensurados a custos amortizados utilizando o método dos juros efectivos; menos quaisquer perdas por imparidade. Os empréstimos e contas a receber compreendem caixa e equivalentes de caixa, e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e depósitos à ordem com vencimentos de três meses ou menos a partir da data de aquisição, e outros investimentos altamente líquidos que estão sujeitos a um risco insignificante de alterações no seu justo valor, e que são utilizados pelo microbanco na gestão dos seus compromissos a curto prazo.

Disponibilidades e Aplicações em Instituições Financeiras

Os saldos com os bancos incluem depósitos bancários e depósitos a prazo em instituições financeiras. Os investimentos são feitos com a intenção de os deter até ao vencimento e de recolher os fluxos de caixa contratuais. Os empréstimos e adiantamentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor mais o custo directo de transacção incremental e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efectiva. Consulte a nota 3.7 (vii) em relação à imparidade dos activos financeiros.

Instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são os instrumentos que satisfazem a definição de um passivo financeiro na perspectiva do emissor, tais como empréstimos, obrigações governamentais e empresariais e contas a receber adquiridos a clientes. A mensuração subsequente dos instrumentos de dívida depende do modelo de negócio do microbanco para gerir o activo e das características do fluxo de caixa do activo. Há três categorias de medição nas quais o microbanco classifica os seus instrumentos de dívida:

- **Custo amortizado:** Os activos detidos para cobrança de fluxos de caixa contratuais quando esses fluxos de caixa representam apenas pagamentos de capital e juros são medidos ao custo amortizado. Os juros provenientes destes activos financeiros são incluídos nos rendimentos de juros utilizando o método da taxa de juro efectiva. Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento é reconhecido directamente nos lucros ou prejuízos e apresentado em outros rendimentos / (despesas). As perdas por imparidade são apresentadas como uma rubrica separada na demonstração de lucros ou perdas.
- **Justo valor através de rendimento integral:** Os activos detidos para cobrança dos fluxos de caixa contratuais e para venda dos activos financeiros, em que os fluxos de caixa dos activos representam apenas pagamentos de capital e juros são mensurados ao Justo valor através de outros rendimentos integrais. O movimento do montante escriturado é tomado através de outro rendimento integral, excepto para o reconhecimento de ganhos ou perdas por imparidade, receitas de juros e ganhos e perdas cambiais que são reconhecidos nos lucros ou perdas. Quando o activo financeiro é desreconhecido, o ganho ou perda acumulado anteriormente reconhecido em outro rendimento integral é reclassificado do capital próprio para os lucros ou prejuízos e reconhecido em outros rendimentos / (despesas). Os juros provenientes destes activos financeiros são incluídos nos rendimentos de juros utilizando o método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas cambiais são apresentados em outros rendimentos / (despesas) e as despesas por imparidade são apresentadas separadamente na demonstração de resultados.
- **Justo valor através de resultados:** Os activos que não satisfazem os critérios de custo amortizado do Justo valor através de outro rendimento integral são mensurados pelo Justo valor através dos lucros ou perdas. Um ganho ou perda sobre um investimento em dívida que é subsequentemente mensurado pelo Justo valor através de lucros ou perdas é reconhecido em lucros ou perdas e apresentado líquido dentro de outros rendimentos / (despesas) no período em que surge.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação sob a responsabilidade é cumprida, cancelada ou expira. Quando uma responsabilidade financeira existente é substituída por outra do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de uma responsabilidade existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro original e a contrapartida paga é reconhecida nos lucros ou prejuízos.



MBBC  
MyBucksBankingCorporation  
PARTE DO GRUPO XTENDA FINANCIAL HOLDINGS